

**DIRETORA GERAL/ COORDENADORA DO CURSO DE DIREITO**

Ma. Débora Goeldner Pereira Oliveira

**DIRETORA ACADÊMICA / VICE-PRESIDENTE**

Profª. Elza Korneiczuk Meller

**DIRETOR DE ENSINO**

Prof. Célio Raniero

**EDITORES**

Me. Roberson Neri Costa

Me. Joaquim Pedro de Oliveira Volante

Ma. Giovanna Christina Moreli Alcantara da Silva

Me. João Lucas

Ma. Taís Zanini de Sá

**CONSELHO EDITORIAL**

Me. Amaury Antonio Meller Filho (Faculdade Maringá-PR)

Pós-Dra. Alexandra Maria Rodrigues Araujo (Centro de Investigação para a Justiça e Governação,  
Escola de Direito, Universidade do Minho (Portugal)

Pós-Dr. Alvaro Azevedo Gonzaga (PUC/SP, Brasil)

Dr. Elimar Szaniawski (UFPR, Brasil)

**ASSESSORIA TÉCNICA**

Rafael Raniero

**REVISOR**

Silvia Regina Emiliano Gonzaga

Actio Revista de Estudos Jurídicos / Faculdades Maringá. -- v. 2, n. 34, (Jul./Dez. 2024). Maringá:  
Faculdade Maringá, 2024.

Semestral (2002 -)

Publicação desde 2002-2004, com volumes (v.1), a partir de 2005 passou a ser numérica iniciando-se  
no número 7 (n.7) e a partir de 2015, v.1, n.25 passou a ser versão eletrônica.

Editada em Maringá (2002 -).

ISSN: 2447-0384. versão on-line

1. Direito – Periódicos . I. Actio Revista de Estudos Jurídicos

.II. Faculdades Maringá.

CDD 340

Esta revista não assume a responsabilidade das ideias emitidas nos diversos artigos, cabendo-as exclusivamente aos autores. / É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista desde que seja citada a fonte. A partir de janeiro de 2015 a revista passou a ser publicada unicamente em versão eletrônica.

Faculdade de Direito / Faculdade Maringá

Avenida Prudente de Moraes, 815 – CEP 87.020-010 – Maringá – Paraná – Brasil

Fone: +55(44)3027-1100 / Fax: +55(44)3027-1200 – Email:actiorevista@faculdadesmaringa.br

Home Page: <http://www.actiorevista/index.php/Actio>

## SUMÁRIO / CONTENTS

<b>EDITORIAL .....</b>	<b>3</b>
<b>I.O PAPEL E A IMPORTÂNCIA DO PROCON NA DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR: ANÁLISE, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO PROCON DE MARINGÁ/PR. Matheus Tavares Diniz Macie; Taís Zanini de Sá.....</b>	<b>4</b>
<b>II. O DIREITO AO MORRER, ENQUANTO UM “DIREITO” ANÁLOGO AO DIREITO À VIDA, À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. Márcia Manami Matumoto Marraão. Fernando Rodrigues de Almeida.....</b>	<b>32</b>
<b>III. AS IMPLICAÇÕES DA NEUROCIÊNCIA NO DIREITO PENAL: UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO HUMANO E A AUSÊNCIA DE LIBERDADE NA TOMADA DE DECISÕES. Gustavo Henrique Arnaut Braz. Matheus Zorzi Sá.....</b>	<b>54</b>
<b>IV. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO CRIME DO ARTIGO 28 DA LEI 11.343/2006 NA POSSE DE DROGAS PARA CONSUMO PESSOAL. Luana Sagradim Tiliaki. Wilson Euclides Guazzi Massali.....</b>	<b>72</b>
<b>V. APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS CONCEITUAIS: “PROPORCIONALIDADE” E “RAZOABILIDADE” NO ÂMBITO STF. Luana Ferrer Amorim. Walter Lucas Ikeda.....</b>	<b>94</b>
<b>VI. AS DESOBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS JURÍDICAS NAS QUESTÕES TRABALHISTAS PERANTE O MEI. Tarcísio Lucas Boscaroli. Marice Taques Pereira.....</b>	<b>112</b>
<b>VII. O ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO E OS IMPACTOS CAUSADOS NA SAÚDE DO TRABALHADOR. Sara de Luca Zacarias Maturo.....</b>	<b>146</b>

Caro Leitor,

É com grande satisfação que iniciamos a edição de 2024 da *Actio Revista de Estudos Jurídicos*, celebrando 22 anos de contribuição contínua ao debate acadêmico e científico na área do Direito. Ao longo dessas mais de duas décadas, a revista se consolidou como um importante veículo para a disseminação do conhecimento jurídico, o que só foi possível graças à colaboração ativa de nossos leitores, autores, membros da equipe editorial e à Direção da Faculdade Maringá, que têm sido fundamentais para o nosso sucesso.

Neste ano, ao refletirmos sobre os últimos tempos e sobre as transformações ocasionadas pela pandemia, estamos testemunhando não apenas o retorno das interações presenciais, mas também o fortalecimento dos laços humanos que sempre foram o motor de nossa produção científica. A retomada das convivências, longe da sombra do medo e da incerteza, traz consigo uma renovação das energias que são essenciais para o desenvolvimento do conhecimento jurídico.

A edição deste semestre traz reflexões pertinentes sobre questões atuais e de grande impacto social, com destaque para os direitos humanos e a proteção das categorias mais vulneráveis da sociedade, como as gestantes e as crianças e adolescentes, cujos direitos precisam ser constantemente reforçados. A judicialização da saúde, com especial atenção aos erros médicos e suas repercussões jurídicas, também figura como um tema central, juntamente com a discussão sobre o comportamento das partes no processo de resolução de conflitos.

Além disso, abordamos tópicos essenciais do direito coletivo, como a proteção do consumidor, a preservação ambiental e a emergência de novos direitos. E, para concluir, a revista revisita a obra de Miguel Reale, analisando as questões constitucionais de relevância contemporânea com uma perspectiva crítica, especialmente no que tange à sua atuação no contexto da década de 1930.

Desejamos que esta edição não só ofereça conhecimento enriquecedor, mas também inspire reflexões que aprimorem nossas práticas jurídicas e nossas interações com a sociedade, reafirmando o compromisso da *Actio* em promover o avanço da ciência jurídica.

Boa leitura!

Os Editores